
NOTAS SOBRE PESQUISA PARTICIPANTE E CONSTRUÇÃO TEÓRICA*

Justa Ezpeleta**

I

Meu campo de trabalho não é a pesquisa participativa. Interesso-me pela teoria da educação e faço pesquisa empírica*** relacionada com este interesse teórico. Há coisas comuns entre o que faço e o que fazem os colegas que trabalham com pesquisa participante. Há também diferenças. A pesquisa em educação é uma prática jovem, e, se quisermos pensar numa coisa chamada "a" pesquisa educacional, é necessário dizer que ela apresenta múltiplos aspectos, opções, confusões e ambigüidades.

A pesquisa participante, por sua vez, é muito mais jovem que a educacional, e como prática em elaboração apresenta problemas gerais de construção teórica e problemas particulares, dada a modalidade participativa que propõe como condição *sine qua non* para realizar-se. A partir do meu campo, também em elaboração, proporei algumas reflexões relacionadas com o problema da teoria na pesquisa social.

Quem são os atores centrais desta minha reflexão? Num primeiro plano da cena: a pesquisa e a participação. Imediatamente ligado a elas — às

* Conferência realizada no Seminário Nacional de Pesquisa Participativa promovido pelo INEP no período de 14 a 16 de março de 1984. Tradução de Francisco Salatier.

** Professora-adjunta do Departamento de Investigaciones Educativas del Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del IPN.

*** Trata-se de uma pesquisa sobre "O contexto social e institucional da escola primária", em colaboração com Elsie Rockwell, com quem — no limiar deste trabalho — cheguei a elaborar várias das idéias que apresento aqui.

vezes iluminado, às vezes, não — aparece um personagem que, sem dúvida, é chave: a política. Personagem que não pode faltar, em qualquer de seus sentidos, desde o mais amplo até o mais estreito. Qualquer um dos outros pode faltar; este, porém, nunca.

Pensando na importância relativa de cada um dos protagonistas, pareceu-me útil distinguir diferentes formas de pesquisa participante, a fim de situar a que me interessa como eixo de reflexão.

Uma primeira forma destaca a pesquisa de modo central e explícito. Este tipo chama-se comumente pesquisa-ação. A ação joga o duplo papel de referencial empírico e, ao mesmo tempo, de instância de prova da teoria em jogo. Esta modalidade — que inclui a participação — admite uma seqüência de processos, que se pode estabelecer em condições relativamente "naturais", em condições quase experimentais. Há experiências em pesquisa-ação na América Latina, mesmo que esta não constitua a forma mais difundida.

Num segundo tipo de trabalho, a participação ocupa o lugar de maior destaque. Seu efeito organizativo ou a ação planejada como produto prioritário fazem com que a pesquisa exerça o papel de apoio para este objetivo. Costumam ser ações, por exemplo, do tipo de desenvolvimento comunitário. O que, neste caso, chama-se "pesquisa" refere-se principalmente ao uso de técnicas de coleta e sistematização de dados.

Uma terceira forma coloca no centro o trabalho político. A pesquisa aqui pode ser secundária ou não, mas a articulação procurada é aquela em que a participação deriva de algum tipo de organização política imediata. Esta pode, por sua vez, ter lugar: a) em condições de vigência de garantias democráticas; ou b) em condições de intensa repressão. Entre exemplos atuais, o chileno é útil para se pensar num caso "puro" desta última forma.

Finalmente, distinguiria uma quarta forma que estabelece um equilíbrio entre a pesquisa e a participação. Pensando nesta modalidade é que organizei a reflexão que segue, e isto por dois motivos: um porque nela se explicita, com maior clareza, a crítica em torno da Ciência Social chamada dominante; e outro porque é uma das formas mais correntes na América Latina.

A partir de minha preocupação com a construção teórica, a forma que propõe o equilíbrio entre a pesquisa e a participação suscita muitas dúvidas e estabelece numerosos problemas. Mencionarei alguns, a modo de exemplo.

A primeira coisa que chama a atenção é a linguagem, que pretende dominar a realidade de "outro" modo, procurando constituir-se ao mesmo tempo em linguagem crítica. Este "outro" modo é um modo diferente daquele que a Ciência Social dominante utiliza. Trata-se, em geral, de uma linguagem com claras ressonâncias marxistas. Enquanto linguagem crítica, que inclui a crítica à epistemologia da Ciência Social, incorpora freqüentemente terminologia epistemológica.

Sendo assim, se a linguagem configura e expressa conceitos, e os conceitos constroem e delimitam um setor do real, uma atenta leitura dos muitos materiais consegue descobrir marcada ambigüidade tanto nas palavras como nos conceitos. Por exemplo: o conceito de "transformação da realidade" pode ser usado tanto para falar da mudança de comportamento de um grupo com relação a hábitos alimentares como para designar um fenômeno cognoscitivo referente a sujeitos individuais; o termo "transformação", também aparece freqüentemente como sinônimo de "mudança social"; a expressão "relações sociais" é usada quase sistematicamente para falar de interação; "classe social" tem infinitas acepções; a relação "sujeito-objeto" – categoria da Epistemologia – designa uma relação entre pessoas. Por outro lado, "construção do conhecimento" pode referir-se tanto à gênese da teoria, como à síntese que o pesquisador chega a fazer de alguns saberes populares; "pesquisa", enfim, pode ser sinônimo de método ou de técnicas.

Uma segunda questão, que opera em outra ordem de coisas, é a freqüente mudança de escalas ou transposição de categorias **estruturais** (sistema social, classe, reprodução) para falar de situações **particulares, específicas**, situações que a linguagem funcionalista designa como microssociais: um grupo de mães, um grupo de camponeses, um bairro. A mudança de escalas coloca um problema epistemológico: a adequação das categorias ao nível e ao tipo de processos a estudar. Este problema é importante, tanto para a construção teórica como metodológica.

Finalmente, a crítica ao paradigma positivista constitui outro elemento constante. Além disso, a pesquisa participante é apresentada com freqüência como a prática que demonstra os limites deste modelo. Na formulação teórica da pesquisa participante, esta crítica se funda principalmente na posição que a "participação" toma neste processo; na mudança de papel do clássico "informante" que passa a ser "sujeito", tanto para a construção do conhecimento como para a ação.

Ao acentuar, em especial, a diversa concepção do sujeito e das implicações metodológicas nela contidas, esta crítica não desenvolve o mesmo posicionamento até às últimas conseqüências. Quer dizer que não chega a formular, em profundidade, os problemas da construção teórica, os quais também derivam do papel protagônico do sujeito. O debate com o positivismo focaliza-se em torno da questão metodológica, e o lugar da crítica teórica é ocupado amiúde pela valorização ideológica.

A propósito deste debate, é freqüente encontrar uma notável contradição. A crítica das deficiências do positivismo, a crítica de suas limitações, produz-se geralmente com o positivismo dentro da própria crítica. As formas em que esta teoria prefigura sua perspectiva, suas categorias, sua a-historicidade, filtradas de diferentes maneiras, estão em muitas das reflexões da pesquisa participante, em particular quando constrói suas análises e quando formula suas autocríticas. A "desistorização" e a despolitização, próprias do ar de segurança do positivismo, muitas vezes operam no interior de uma prática que se quer colocar no ritmo da história e se concebe como arma para a política de transformação social.

Deste panorama complexo abstraio uma questão geral, que me preocupa especialmente e que constitui o motivo deste trabalho. Ela se refere ao papel da teoria na pesquisa participativa.

Assim, delinear uma primeira abordagem: por um lado está a necessidade política de trabalhar com os chamados setores populares. Seu próprio dinamismo social permite-lhes produzir processos sociais de diversos alcances, nem todos claramente explicáveis ou compreensíveis através do conhecimento disponível. Ao mesmo tempo, por essa qualidade de "dinamismo", são objeto do interesse de várias "agências" para provocar novos processos. O reconhecimento de que estes setores não são homogêneos, mas apresentam acentuada heterogeneidade, coloca problemas na programação das ações e abre questionamentos teóricos. Daí se desprende a necessidade teórica de refinar e, sobretudo, de construir um conhecimento que permita interpretar com rigor o movimento destes setores, cuja importância social e política está fora de qualquer dúvida.

Os problemas que até aqui esbocei são problemas de teoria. Minha inquietação poderia também formular-se assim: estaríamos diante de uma prática que não exige teoria e pode reivindicar seu ateísmo? Ou estaríamos diante de uma prática que enfrenta problemas em sua construção e, entre outros, também o da teoria?

Minha resposta pretende tornar afirmativa esta última pergunta. Creio que a construção de conhecimentos constitui um problema real para uma reflexão coletiva sobre os caminhos da pesquisa participante.

II

Quando Agnes Heller¹ reflete sobre a difusão das Ciências Sociais na vida cotidiana, define-lhes uma função. Heller diz: "**A função ideológica das Ciências Sociais é a definição dos conflitos sociais**". A realidade social, em cada momento histórico, oferece diferentes alternativas para a sua análise. A Ciência Social produz suas descobertas a

¹ HELLER, Agnes. *Sociologia de la vida cotidiana*. Barcelona, Península, 1977.

partir da escolha de uma destas alternativas ou, numa linguagem da autora, a partir de uma "escolha de valor". Esta escolha será determinante para a localização dos pontos de ruptura que podem conduzir aos conflitos, ou seja, na identificação mesma dos conflitos, em sua hierarquização etc. Se esta reflexão for transposta da escala cotidiana para a escala do movimento social, poderíamos dizer que o sentido histórico das Ciências Sociais é a identificação, em cada momento, dos pontos nodais da luta de classes. Convém frisar neste raciocínio duas questões. A primeira é que Heller, com referência ao intelectual, situa a fonte da escolha nos valores, numa "escolha de valor". Noutras palavras, o acidente do nascimento numa ou noutra classe nada mais seria senão um ato de escolha valorativa que determina o **interesse histórico** em que se inserem ou a que correspondem as teorias.

Em segundo lugar, o desenvolvimento histórico de cada sociedade, em cada época, prefigura os limites dentro dos quais cada sociedade pode ser pensada, ou seja, os limites daquela escolha. Existe um condicionamento histórico na produção da teoria. Dessa forma também a teoria social é sempre tributária de algum projeto histórico. Mesmo quando a teoria questiona a ordem estabelecida, tal questionamento tem sua origem em condições reais presentes na sociedade. Por isso, não houve um Marx na Idade Média, mas pôde existir um quando, no século XIX, consolidou-se o capitalismo.

Em resumo, assim como não há pensamento social à margem da história, também não se pode pensar a sociedade sem uma perspectiva para visualizá-la, sem definir, explícita ou implicitamente, uma posição com relação ao poder.

III

Na reunião preparatória deste seminário, Carlos Rodrigues Brandão² formulou uma questão básica que resume boa parte do debate sobre a pesquisa participante: que significa participar? Quem participa de quê?

² BRANDÃO, C. Rodrigues, CAMPOS, M. Malta & DEMO, Pedro. Texto básico. In: SEMINÁRIO SOBRE PESQUISA PARTICIPATIVA. Brasília, INEP, 1984. dat.

Em seguida, estabeleceu duas formas polares de entender a prática que nos ocupa. Num caso, tratou de destacar a **participação de pessoas** nas diferentes etapas da pesquisa. Noutro, destacou a **participação da pesquisa** num projeto popular. Nesta última conceituação é que nosso autor se situa.

Retomando a contribuição do Prof. Pedro Demo, Rodrigues Brandão sintetizou o problema em duas dimensões de índole diferente: "Há uma dimensão epistemológica, quer dizer, a própria possibilidade de produção de um conhecimento científico a partir de novas relações sociais" (ele se refere à interação pesquisador-sujeito), "que a idéia de participação introduz, e uma dimensão política, que é também epistemológica..."

O antropólogo Rodrigues Brandão recorda que não se pode falar de pesquisa participante sem falar de "observação participante". Por isso, sugere, noutro momento, que a pesquisa participante constituiria hoje precisamente a conjunção da observação participante com a participação da pesquisa (num projeto popular).

Malinowski e Marx constituem os referenciais para repensar o problema nestas duas dimensões e representam "longitudinalmente" os dois momentos constitutivos desta nova prática.

Na reflexão que, neste caso, se faz sobre estes dois maiores das Ciências Sociais, Malinowski é o construtor de uma técnica – "a observação participante" – que o conduz a uma teoria: o funcionalismo. Marx, e Marx somente, é quem introduz a dimensão política possível para o uso social da pesquisa ou "a participação da pesquisa".

Mesmo concordando com grande parte das observações, proposições e dúvidas levantadas por Rodrigues Brandão, preocupa-me seu modo de tratar estes dois autores ao analisar aquelas duas dimensões: a técnica e a política.

Rodrigues Brandão sustenta que "o determinante é a participação da pesquisa num projeto popular", e esclarece o que seja "projeto

popular", já que, em geral, quando se fala de pesquisa participante está-se falando de classes populares. Colocada deste modo a questão, não se pode discutir a conveniência da alusão a Marx para mostrar o compromisso histórico de sua pesquisa. Meu problema surge quando Brandão afirma: "Se com Malinowski começa a observação participante que vai dar um dos lados da pesquisa participante, com Marx talvez comece a participação da pesquisa... quer dizer, o lado político da questão"³. Esta forma de situar o **político**, sem maiores considerações a respeito, em Marx parece-me problemática, porque alguém poderia ver-se induzido a pensar que em Malinowski só há compromisso com a "ciência" e que sua pesquisa está à margem de qualquer projeto histórico (já que ela não pode caracterizar-se como engajada num "projeto popular").

Esta colocação se relaciona com outra, referente à observação participante; ambas têm importantes conseqüências para o problema da construção teórica.

A propósito da observação participante, Rodrigues Brandão destaca seu interesse por outro problema: "a elaboração do outro na relação de pesquisa". Com relação a isto, a observação participante possibilita formas de interação entre o pesquisador e os sujeitos, permitindo uma abordagem pessoal e abrindo fontes de informação que nenhuma outra técnica tornaria possível. Novamente concordo com este aspecto, mas não concordo com a afirmação que segue: "as relações interpessoais entre pesquisador e sujeito, as 'relações sociais' constituem as teorias; é a relação que determina o pensar e não o inverso".

Esta afirmação, segundo a qual a técnica determina a teoria, abre um problema complexo. Daí se poderia interpretar que a teoria não se constrói, mas é derivada; não se daria nenhum processo intelectual de construção do conhecimento, nem tampouco haveria para a teoria qualquer condição de produção além das que lhe oferece a técnica, ou seja, não haveria nenhuma determinação histórico-social.

³ BRANDÃO, C. Rodrigues, CAMPOS, M. Malta & DEMO, Pedro. op. cit.

Diante destes dois problemas, gostaria de colocar outro modo de entender a construção teórica, de articular estes elementos.

1. A adesão a um interesse histórico preciso (ou projeto histórico) está na base de toda teoria social. Tal adesão é uma condição – inevitável – da produção deste tipo de teoria. Desta condição surgem as perguntas que orientam a pesquisa. Neste sentido, Malinowski constitui um exemplo paradigmático das relações saber-poder que se imbricam na elaboração e fortalecimento do capitalismo, numa precisa etapa de seu desenvolvimento. Noutros termos, o funcionalismo se constrói com relação a um interesse histórico-social específico.
2. As técnicas não constroem a teoria, não determinam o pensar. Mesmo que a observação participante pudesse modificar preconceitos do pesquisador e até mesmo fazer com que ele mudasse suas questões, não há derivação automática ou passagem natural da informação de campo para a teoria. A articulação entre ambas produz-se por uma construção categorial que depende das questões iniciais, da teoria que se maneja, e da posição histórica a partir da qual o teórico – consciente ou inconscientemente – enxerga a sociedade.

Também não se pode sustentar que são as teorias que **determinam** mecanicamente as técnicas e, através delas, as formas de interação entre pesquisador e sujeito. São as questões iniciais acerca de um setor opaco, obscuro da realidade, que orientam a escolha das técnicas. Do tipo de perguntas formuladas depende a conveniência de utilizar-se um levantamento, técnicas estatísticas ou técnicas etnográficas, ou então construir-se novas técnicas (por isso mesmo é que o antagonismo entre técnicas quantitativas e qualitativas parece-me mal colocado).

A seguir desenvolverei estes dois pontos.

IV

Gostaria de retomar aqui a contribuição de Heller no que diz respeito ao sentido das Ciências Sociais na vida da sociedade. Desta contribuição

concluímos que a sociedade sempre se repensa a partir de uma perspectiva, a partir de algum interesse histórico que se mantém em relação ao poder dominante, o qual, além disso, infiltra-se no conteúdo da produção teórica.

Com estas idéias presentes, que englobam minha primeira proposição, gostaria de fazer uma breve referência a Malinowski e ao funcionalismo.

Em certo ponto do debate com a teoria evolucionista, que colocava a desordem e a impossibilidade de compreender as sociedades “selvagens”, Malinowski decidiu conhecê-las diretamente. Com a hipótese de que algum “ordenamento” diferente do conhecido organizava a vida destas sociedades, ele passou a viver com os “nativos”. Neste momento, e sem que o soubesse, começou a revolução funcionalista, com a sistematização do método etnográfico. Malinowski enfrentou o trabalho de campo com perguntas que levava, algumas das quais modificou, e com novos questionamentos que surgiram ali mesmo. Impôs uma vigilância cerrada sobre seus preconceitos europeus e teve enorme cuidado para não se perder no dado imediato. Duvidou das evidências empíricas, buscou recorrências e seguiu pistas para identificar os “ordenamentos” que supunha ali existentes. A convivência e a relação pessoal, que ela oferecia, resultou em aproximação mais adequada, mais pertinente, mais rica para resolver o problema central: entender aquelas sociedades.

Para que entendê-las? A partir do ponto de vista pessoal, não há dúvida que estava em jogo sua paixão intelectual. A partir do ponto de vista histórico, entender as colônias, saber sobre as sociedades “exóticas” não-européias, era uma necessidade intrínseca do Império Britânico para ajustar os mecanismos de sua administração, no sentido de consolidar seu domínio político e econômico.

Para além da atitude pessoal, de seu respeito, de sua abertura e também de seus distanciamentos daqueles ilhéus, o saber de Malinowski é um saber que se imbrica numa necessidade histórica de dominação. É um saber não só útil, senão necessário ao poder. O próprio debate de Malinowski com os evolucionistas é um debate com uma teoria que, mesmo quando legitimava o domínio colonial, oferecia instrumentos

débeis de conhecimento para tornar esse domínio consistente. O Império precisava conhecer os funcionamentos e ordenamentos concretos das sociedades colonizadas.

Contudo, podemos perguntar-nos como atuou esta aceitação do poder – explícita ou implícita – na reconstrução teórica daquelas sociedades. Como atua a perspectiva histórica na elaboração intelectual que o pesquisador realiza?

O fato de Malinowski chegar às últimas camadas do Império, aos grupos e sociedades mais afastados do centro do poder imperial, não significa que seu horizonte tenha incorporado – para a teoria – o fenômeno da colonização. Mas é que as perguntas feitas à realidade prefiguram o que se pode ver e o que não se vê. O interesse de Malinowski concentrou-se em entender a lógica dessas sociedades **em si mesmas**. Ele conviveu **também** com o domínio colonial, com as transformações que os ingleses provocaram na vida cotidiana da população, na qual ele estava imerso, e na sociedade como um todo. Mas estes processos **não fazem parte de seu objeto de estudo**, não se integram à **análise** de seus registros; embora os dados estejam em seus registros, não fazem parte de sua teoria, isto é, de sua **explicação** daquelas sociedades. Malinowski as estudou como sociedades sem história.

Mesmo quando foi capaz de perceber a importância de uma tradição própria aos Ilhéus, reconstruída, “congelada” em suas “instituições”, não foi capaz de integrar a história do poder colonial que as altera. E não é questão de capacidade, mas de ponto de vista histórico-político, de inevitável compromisso intelectual. O corte do objeto de estudo permitiu-lhe reconstruir circuitos, redes de relações sociais, pontos de equilíbrio, pontos de rupturas. Mas apenas dentro da lógica dessas sociedades “puras”, sem nenhum contexto colonial.

Está ficando claro que olhar **para baixo** (ou no rumo de baixo) não é a mesma coisa que olhar **partir de baixo**, e que o que conduz a cada uma destas perspectivas produz diferentes objetos de estudo.

Preferiria parar por aqui com o meu raciocínio, na esperança de ter oferecido argumentos para pensar que a “participação num projeto histórico” ou, se quiser, político, é uma condição de existência da teoria e da pesquisa social. “Popular” ou não, toda pesquisa resulta em algum sentido histórico.

Fora disso, gostaria de acrescentar uma observação. A argumentação anterior não pretende, de modo algum, diminuir a importância da descoberta de Malinowski, de sua sistematização do “método etnográfico”, traduzido depois como observação participante. Ao contrário toda a sua potencialidade e importância na reconstrução de processos sociais que desconhecemos está intacta e em vigor. Aqui não cabem condenações superficiais do tipo “técnica a serviço do imperialismo”, simplesmente porque – como recurso de conhecimento – não produzem explicações *ipso facto*. O próprio Malinowski demonstra-o em seu trabalho. As descrições e explicações que cria são produto de uma cuidadosa construção intelectual entre o trabalho de campo e a formulação final da teoria. Há diferentes níveis de elaboração, comprometidos na própria decisão de ir a campo, escolher a convivência, fazer registros, analisá-los minuciosamente e, sobretudo, pôr em permanente movimento o esforço compreensivo para construir categorias analíticas, categorias que permitam reconstruir teoricamente as instituições que “ordenam” aquelas sociedades.

Isto me conduz ao próximo ponto que vou tratar.

V

A segunda questão que desejo desenvolver deriva da mencionada supervalorização da técnica como determinante da teoria. Neste sentido, minha proposta destaca a necessidade da construção teórica como construção consciente e a dependência na qual a formulação teórica final se encontra, tanto em relação a esta construção como em relação a outros fatores do contexto histórico e social. Para esboçar estas idéias gostaria de pensar em Marx, fazendo uma comparação entre o funcionalismo e a concepção positivista da Ciência Social.

A primeira coisa que me parece necessária é sublinhar que toda pesquisa — e a pesquisa participante não é uma exceção — parte de uma ou de várias perguntas. Em geral, elas se originam da descoberta de um problema que surge ao observar-se mais ou menos sistematicamente a realidade. A origem das perguntas também resulta da comprovação da insuficiência, da parcialidade, ou do erro da teoria antecedente. Malinowski discute com os evolucionistas; Marx, com Ricardo e Smith. A outra componente dos questionamento é a já mencionada situação histórico-social do pesquisador com relação ao poder e à ordem dominantes. Ou, na terminologia de Heller, sua escolha de valor. Este posicionamento é que articula o sentido da busca.

A obra de Marx pode servir-nos para exemplificar esta questão. Não é supérfluo lembrar que Marx opta pela perspectiva histórica dos exploradores. Mas talvez seja útil assinalar que, a partir desta opção, toda a sua tarefa intelectual e política assume uma finalidade: alterar e subverter as relações sociais de produção e dominação. A revolução social é a sua meta. Mudar a sociedade implica construir um novo conhecimento sobre ela e, neste processo, vai-se construindo o método.

“Crítica da economia política” é o subtítulo de **O capital**. Marx precisou o conteúdo de sua obra enfatizando o debate sobre a distinção central entre as teorias que fundamentam e as que legitimam a ordem capitalista⁴. Por isso, na mesma operação — que ocupa muitos anos de seu trabalho — em que desmonta essa teoria, constrói as bases de outra, que permite analisar a sociedade segundo outro modo de intencionalidade histórica. A sociedade capitalista deixa de ser o ápice “natural” do desenvolvimento humano para passar a ser a expressão de correlações de forças historicamente constituídas, ou seja, um momento do movimento histórico das sociedades. Momento que leva a uma forma particular de “estruturação” social ou, se se preferir, constitui um determinado tipo de estrutura social com suas próprias leis de funcionamento.

⁴ WRIGHT, Erick Dlin. Los intelectuales y la clase obrera. Em *Teoria*, Madrid(2): 51-91, jul./set. 1979.

Ao contrário de Malinowski, que busca os “ordenamentos”, e do positivismo, que destaca as “estruturas”, Marx se interrogará acerca do “movimento” da sociedade. O positivismo, nascido com a ascensão da burguesia e à luz de uma nova ordem, para afirmar o caráter positivo desta ordem, constrói um aparato teórico que atende à sua consolidação. Marx também polemiza com esta concepção quando, a partir de um projeto que aspira à transformação da sociedade, interroga-se acerca das forças e das relações que constituem o movimento social, acerca das formas políticas, econômicas e ideológicas que, em cada momento, sustentam a dominação. O movimento social, como produtor da estrutura e operando simultaneamente em seu interior, constitui a busca e também a construção desta teoria. No positivismo, porém, a “mudança” será a forma de conceituação da dinâmica social, não a história, limitada e demarcada pela estrutura em seu interior.

Admitida a instância do interesse histórico como instância que articula a busca e orienta a perspectiva, o momento da elaboração teórica sobre a informação empírica supõe algumas operações necessárias. No terreno teórico, uma das operações fundamentais é a construção de categorias. Não se trata de uma operação que já tenha fórmulas: trata-se ao contrário, de pôr em movimento um árduo esforço de criação intelectual para o qual há, de fato, previsões e controles de tipo epistemológico. As categorias de diferentes níveis de abstração organizam e sintetizam, com algum sentido, fatos, momentos ou processos da realidade. A articulação necessária e lógica das categorias permite, por sua vez, a construção da teoria ou de setores da teoria. A permanente relação entre a informação empírica (que supõe “observáveis” também construídos) e o trabalho analítico está na base destes pilares que são as categorias. Com este modelo de esforço intelectual é que Marx cria ou reconcebe categorias como “trabalho abstrato”, “trabalhador livre”, “força de trabalho”, “mais-valia”, “classes sociais”, “formação social”, “modo de produção” etc.

No mesmo modelo de esforço intelectual as outras duas correntes criam categorias como “função”, “disfunção”, “papéis”, “status”, “normas”, “anomias” etc., (nestas categorias, é possível perceber de relance sua fidelidade histórica à força da estrutura). São conceitos

construídos, abstrações que sintetizam o sentido da busca e o estudo sistemático da realidade (não palavras que designam coisas, objetos).

Quando esta forma de construir a teoria não é concebida como parte fundamental do trabalho, o pesquisador corre o risco de abrir caminho ao senso comum como organizador da teoria resultante⁵. Entre a informação empírica e a construção final, os dados se articulam sempre com algum sentido. Se, nesta passagem, não medeia uma cuidadosa vigilância e uma cuidadosa reflexão, então essa articulação é realizada pelo senso comum. Sabemos que o senso comum se compõe de diferentes tipos de saberes e conhecimentos, e tem conteúdos contraditórios; além disso, é produto de uma construção social inevitável, necessária, porém sem pretensões de coerência. Na educação, meu campo de trabalho, abundam muitos exemplos de construções teóricas articuladas pelo senso comum.

As categorias constituem as ferramentas intelectuais para analisar e ordenar a realidade em estudo. Sua articulação na teoria é o que possibilita a interpretação da realidade. Os projetos e estratégias transformadores, e os projetos e estratégias conservadores sempre se fundamentam em alguma interpretação do real.

VI

Para terminar, gostaria de referir-me a alguns desafios que, de acordo com os problemas levantados, a pesquisa participante enfrentaria.

Parafraseando Rodrigues Brandão, aquela pergunta: "Quem participa de quê?" sugere-me muitas coisas. Em primeiro lugar, ela me remete aos condicionamentos teóricos que partilhamos para fazer crescer a teoria e, conseqüentemente, nossa compreensão da realidade.

O próprio debate da pesquisa participante indica que esse **quem** da pergunta é um **sujeito**. Uma pessoa com a qual interajo, que me ensina

as coisas, me descobre seus mundos e outras visões dos meus e, além disso, me enriquece. Um alguém concreto, com o qual devo relacionar-me numa tarefa comum e que, por isso mesmo, me modifica de algum modo. Este poderia ser um nível para repensar o sujeito, diferente daquele que a mim preocupa. A partir de minha reflexão gostaria de problematizar um sujeito que a teoria ainda não construiu plenamente.

Por outro lado, penso no "quê" daquela pergunta, e poderia afirmar que se trata de **processos sociais**. Processos que, por algum motivo, chamam a atenção do pesquisador e são anteriores à sua preocupação e à sua presença, ou processos que, também por algum motivo, o pesquisador quer provocar.

Então, diante da pergunta "Quem participa de quê?", creio que poderíamos responder: **sujeitos que protagonizam processos sociais**. Sujeitos e processos de um tipo particular. Com que armas teóricas podemos abordá-los? Tanto a tradição positivista como a tradição marxista aproximaram-se deles sem chegar a elaborá-los ao nível de estudo que nos interessa. O sujeito do positivismo está no centro como sujeito da socialização. Um sujeito que se define por sua aceitação da normatividade institucional ou que a teoria elabora a partir de uma perspectiva que destaca o ajuste, a integração ao ordenamento institucional. Socialização é uma categoria que abstrai o mínimo comum entre as múltiplas determinações sociais do sujeito, o mínimo espaço de coincidência para entrar no jogo das instituições. É com referência a isto que se costuma falar também de socialização positiva ou negativa. Em certas ocasiões, fala-se de um processo de "individuação" que acompanha o de socialização e de cuja conjunção resultaria o sujeito. Individuação tem um fundo psicológico e dá margem às diferenças individuais. Em síntese: tudo o que não é normatividade compartilhada segundo as definições institucionais entra no terreno da psicologia. Uma outra categoria também se associa a esta temática: "anomia". Define o sujeito que não internaliza a normatividade vigente (ou que se volta contra ela). Mas "anomia" quer dizer **ausência** de normas e, no meu entender, é uma categoria que demonstra o limite da teoria. De uma teoria que não pode captar outros sistemas normativos que não sejam os institucionalmente vigentes;

⁵ PAIVA, Vanilda. Populismo católico y educación. Cuadernos Políticos, México (34): 23-39, oct./dic. 1982.

teoria que não tem capacidade para integrar outras normatividades, existindo talvez desarticuladas e com diversos alcances coletivos, mas que também constituem socialmente o sujeito.

Não é de estranhar, por outro lado, que se encontrem estas categorias em algumas análises marxistas, quando é preciso tratar do sujeito. Além disso, o desenvolvimento do marxismo e de sua preocupação central com os problemas histórico-estruturais tem limitado sua contribuição à abordagem atual desse sujeito que nos interessa e dos processos em que o sujeito está envolvido. Com frequência, categorias criadas para a análise do movimento histórico – como por exemplo “consciência de classe” – sofrem forçadas transposições para a escala menor em que se desenvolvem os processos que interessam à pesquisa participante.

Contudo, o marxismo proporciona instrumentos de análise e perspectivas metódicas para avançar nesta busca, tanto do sujeito* como dos processos.

Os processos sociais em que a pesquisa participante atua são, na realidade e para a análise, diferentes dos grandes processos sociais que formam ou modificam o movimento histórico. A teoria existente nos proporciona categorias para o estudo dos mesmos, mas sua possível legitimidade e suas articulações não são transponíveis ao nível em que acontece a intervenção participativa.

Se for válida a expressão, direi que se trata de processos “pequenos”, de desdobramentos relativamente locais ou setoriais e com durações variáveis. Processos que, em si mesmos, podem ou não ser políticos, e sempre expressam história ou histórias acumuladas, mas cujo encaixe

* Alguns desdobramentos recentes do marxismo interessam-se pelo sujeito, retomando problemas colocados nesta tradição, mas não trabalhados de modo especial. Como exemplo, poderiam ser mencionados tanto a linha de Agnes Heller, que retoma a reflexão de Lucaks, como – noutra vertente – os trabalhos que destacam o sujeito a partir do debate sobre ideologia. Neste caso, o sujeito é constituído através de “interpelações” ideológicas. Esta é uma nova abordagem e outro tipo de limitação para o nosso interesse.

com os grandes processos sociais sucede-se através de uma articulação política. Há neles também recorrências e composições que não conhecemos, próprias da escala em que se sucedem. Enfim, múltiplos e heterogêneos processos, que alimentam outros e que, ao mesmo tempo, conformam as facetas reais e concretas da sociedade. Nesses processos são elaborados os sujeitos que, por sua vez, os protagonizam. São sujeitos construídos em e por relações sociais específicas, por tradições e histórias diversas que amiúde carregam também normatividades diferentes. Mesmo conhecendo as regras do jogo institucional, esses sujeitos são capazes de distanciar-se delas, manejá-las de fora, readaptá-las, resistir-lhes ou simplesmente criar outras novas.

Entre as tantas construções que a pesquisa participante reclama, a que aborda o sujeito e os processos parece-me uma das prioritárias. Penso que muitos problemas poderiam ser esclarecidos se usássemos de maior precisão com relação a eles. Finalmente, creio que precisamos continuar a construir ferramentas teóricas mais adequadas para atuar melhor sobre a realidade.